

## Editorial

A situação económica e social do país é desastrosa, e não é conjuntural, prevê-se agravamento em 2012. Mas que não haja ilusões, a política anunciada pela coligação PSD/CDS vai ser muito mais que um conjunto de sacrifícios a juntar aos que já sofremos nos anos anteriores, prenuncia-se o esmagamento de direitos sociais e um grande retrocesso na economia, pois estamos perante uma política que é reconhecida como recessiva pela maioria dos economistas.

Na verdade, vivemos uma crise típica do sistema capitalista, agora na sua versão mais “moderna”, em que o sistema trocou a produção de bens transacionáveis pelo jogo financeiro, pela chamada “economia de casino”, que dá lucros maiores e mais depressa que a economia real. No fundo, embora o governo pretexe estar a cumprir directivas da *troika* FMI-EU-BCE, mas que foram subscritas pelo PS, recorde-se, esta é a grande oportunidade que a direita esperava para dar mais uma machadada nas conquistas sociais alcançadas depois do 25 de Abril.

Entretanto mais jovens com preparação académica superior e qualificação profissional chegam ao mercado de trabalho, jovens cujo destino é o desemprego, ou o subemprego. Ou a emigração, e será mais uma fuga de cérebros e de competências, fuga mais grave que a registada na década de 60 do século passado. É uma verdadeira descapitalização do nosso país, mas de inteligência e mão-de-obra qualificada, a favor de países ricos que não gastaram um euro na sua formação.

Só uma política que aposte numa economia que incorpore saber científico e tecnologias avançadas, na produção e na gestão, pode ser competitiva internacionalmente.

Mas não basta perceber o que se passa, é urgente inverter este plano inclinado em que estamos. E aí só a luta organizada dos trabalhadores pode relançar a esperança num Portugal mais justo. ■

Visite o nosso site em:  
[www.conf-quadros.pt](http://www.conf-quadros.pt)

## Vamos à luta por um Portugal com Futuro! Intensificar a acção reivindicativa

### 10 direções de luta enunciadas pela CGTP-IN em 15 de Setembro:

1. Melhores salários e aumento das pensões de reforma.
2. Promover o emprego e combater a precariedade.
3. Defender a contratação colectiva.
4. Igualdade no trabalho.
5. Lutar pelo direito à formação e qualificação profissional.
6. Valorizar a Administração Pública, as funções sociais do estado e os serviços públicos.
7. Defender o sistema público de segurança social solidário e universal.
8. Reclamar maior justiça fiscal.
9. Lutar contra a pobreza e a exclusão social.
10. Exigir políticas de prevenção que reduzam acidentes de trabalho.



#### SUMÁRIO:

- ▶ Encontros com Sindicatos em Cuba
- ▶ Reuniões com Sindicatos Filiados
- ▶ Os Laboratórios do Estado: importância e situação actual
- ▶ Desindustrialização e desemprego de trabalhadores altamente qualificados
- ▶ CGTP - Encontro sobre a contratação colectiva
- ▶ A precariedade nas profissões Intelectuais
- ▶ PRC-2012 da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública
- ▶ Mais de 37 mil professores sem colocação

# Encontros com sindicatos em Cuba

Aproveitando uma viagem em turismo de dois membros da Direcção da CPQTC a Cuba, no passado mês de Abril, realizaram-se duas reuniões sindicais naquele país, uma com a delegação da Central de Trabalhadores de Cuba (CTC) em Santiago, e outra com o Sindicato Nacional de Trabalhadores das Ciências (SNTC). Além de terem sido uma oportunidade das organizações sindicais dos dois países se conhecerem melhor e de estreitarem relações, foi também uma oportunidade de analisar a actividade sindical em dois países de regime económico e social muito diferentes: Portugal, na área de economia capitalista, e Cuba, um país onde a actividade económica é predominantemente pública e cooperativa, procurando construir uma sociedade socialista.

## Encontro CPQTC-SNTC



A reunião, feita a convite do Sindicato Nacional de Trabalhadores das Ciências (SNTC) já há meses, decorreu nas instalações do Centro de Imunologia Molecular (CIM), em Havana, no dia 15 de Abril do ano corrente. Por parte da CPQTC estiveram o autor desta nota (Carlos Calado, da Comissão Executiva) e a camarada Manuela Sequeira, membro da Direcção Nacional. Por parte do SNTC a Secretária Geral daquele sindicato, Lic. Georgina Bonilla Pimentel.

A reunião não tinha ordem de trabalho estabelecida, mas simplesmente falar para nos conhecermos melhor, sobre a actividade das duas organizações sindicais e as nossas experiências, e criar condições para estabelecer relações bilaterais duradoras para o futuro. Como nota interessante, sinal do peso da mulher entre os trabalhadores cien-

tíficos em Cuba, refira-se que a delegação cubana era constituída só por mulheres. Além da camarada Georgina Bonilla, estiveram presentes a Doutora Idania Caballero Torres, responsável pelo Departamento de Gestão do Conhecimento do CIM, e a Lic. Mercedes Lugo Bertrot, do Departamento das Relações Internacionais da Central de Trabalhadores de Cuba (CTC).

Falámos da nossa organização sindical em Portugal e dos graves problemas que afectam os trabalhadores portugueses e as camaradas cubanas esclareceram-nos sobre o papel dos sindicatos em Cuba e o caso particular do SNTC, que tem características e âmbito bastante diferentes da CPQTC. Enquanto a nossa Confederação é uma estrutura que associa sindicatos que possuem quadros técnicos e científicos entre os seus sócios, o SNTC é uma estrutura sindical a que pode per-

tencer qualquer trabalhador que esteja relacionado, directa ou indirectamente, com actividades científicas ou técnicas. Para o efeito é considerado "trabalhador da ciência" todo aquele que trabalha numa instituição científica, tenha ele uma qualificação superior, ou não; mesmo um trabalhador sem qualificação, pois que mesmo modesta que seja a sua função no organismo pertence a uma equipa, a um colectivo que tem uma tarefa de grande importância para o país. Outro dado curioso é que um trabalhador pode estar filiado no SNTC e, simultaneamente noutro sindicato, por exemplo da Administração Pública.

O SNTC foi constituído em Março de 1992, em congresso realizado em Havana, após ampla mobilização dos trabalhadores com actividade em organismos de investigação científica. De acordo com as linhas mestras da convocatória desse congresso constituinte, na fase preparatória e no decurso do próprio congresso desejava-se um profundo debate sobre o papel que caberia no quadro do movimento sindical em geral e na acção integradora de toda a actividade científica e técnica, de modo a contribuir para a melhoria das condições sociais em Cuba.

O SNTC está filiado na CTC, a única central sindical em Cuba, fundada em 1939, que sucedeu à Confederación Nacional Obrera de Cuba (CNOC), considerada como a primera central proletária cubana, que já existia no principio do século. Tenha-se presente que desde os anos da chamada "guerra fria", grosso modo desde o fim da 2ª Guerra Mundial, a direita tudo fez para dividir o movimento sindical em países onde o sindicalismo de classe era forte, "subsidiando" a criação de "centrais" amarelas, com dirigentes sindicais que se prestassem a assinar convenções de trabalho favoráveis ao capital; ora, sintomaticamente, em Cuba essas manobras nunca tiveram êxito, mesmo quando no poder estiveram homens muito ligados aos interesses estado-unidenses, como foi o caso de Fulgencio Batista, deposto pela revolução. O SNTC tem alguns objectivos fundamentais da sua actividade, além dos expostos nos Estatutos da CTC, entre os quais se pode destacar:

- Propiciar a colaboração e a cooperação entre os colectivos de investigação.
- Contribuir para o aperfeiçoamento dos mecanismos da Ciência, através da cooperação e classificação dos trabalhadores, o melhoramento dos métodos de avaliação dos investigadores e técnicos que laboram directamente nesta actividade, e na formação de jovens que serão a futura geração de investigadores.
- Cooperar com os diferentes organismos e organizações pela generalização do acesso às conquistas da Ciência e da Técnica, a divulgação científica e o intercâmbio de experiências, como vias adequadas para aplicação à economia e à sociedade.
- Contribuir para a plena integração entre a docência, a investigação e a produção, os serviços, a assistência médica e outros interesses da sociedade no seu conjunto. O CIM, onde decorreu o encontro é uma importante unidade do sistema científico cubano da área da biotecnologia. Foi criado em 1994 e nele trabalham cerca de 850 trabalhadores, na sua maioria cientistas e engenheiros, em equipas multidisciplinares. Administrativamente está organizado em três áreas: Investigação-Desenvolvimento; Produção e Controlo de Qualidade. Tem como tema principal o cancro, mas também outras enfermidades crónicas não transmissíveis. É uma unidade de "investigação-produção", isto é, conjuga nas mesmas instalações três segmentos em fileira: a investigação científica; o desenvolvimento, e a produção de bio-fármacos, orientada para as patologias da sua área

de investigação, tendo em vista introduzir esses produtos no sistema de saúde pública cubano. Ou seja, o CIM procura fazer actividade científica e produtiva economicamente sustentável e contribuir para a economia do país.

A biotecnologia cubana é expressão de uma economia que se baseia no conhecimento, que começa por exprimir-se em sectores de alta tecnologia (por exemplo a biotecnologia, a microelectrónica, as telecomunicações, o software, etc.) mas que irá penetrando de forma crescente, em todos os ramos da economia cubana.

Ainda no CIM a nossa delegação foi recebida pelo Director do Centro, Doutor Agustín Lage, que nos fez uma apresentação magistral sobre o trabalho e resultados da instituição. O Doutor Lage é autor de um interessante artigo cuja leitura se recomenda, publicado no n.º 41 da *Revista Cuba Socialista* (2007), acessível através de [www.cubasocialista.cubaweb.cu](http://www.cubasocialista.cubaweb.cu), na secção "articulos publicados en la revista en su tercera época...". O artigo tem como título "La economía del conocimiento y el socialismo: ¿hay una oportunidad para el desarrollo?"

## Encontro na delegação da CTC em Santiago de Cuba

O encontro decorreu nas instalações do Comité Provincial da CTC, tendo a delegação portuguesa sido recebida pela Secretária Geral regional da CTC e mais oito membros, com várias funções, dois deles com funções na área do SNCT. Após apresentação do colectivo que nos rece-



beu e feito um resumo do que tem sido a actividade da CTC na província de Santiago passou-se a uma troca de informações e foram esclarecidas algumas questões levantadas por nós, designadamente o tipo de intervenção dos sindicatos e delegados sindicais nas empresas e na Administração Pública. Como é apanágio dos cubanos, o diálogo foi amigável, franco, e sem fugas ao melindre de algumas questões.

## Nota final

Presentemente os sindicatos cubanos têm um grande desafio pela frente, pois as medidas de natureza económica aprovadas recentemente pela Assembleia Nacional Popular vêm introduzir aspectos totalmente novos na vida social e no mercado de trabalho. Soubemos pela boca dos próprios sindicalistas que as medidas

foram amplamente discutidas pelos sindicatos e, de forma geral, em todas as organizações do poder popular cubano, e o resultado final, se não foi consensual foi, pelo menos, aceite por uma maioria significativa; no entanto, de facto, ao abandonar um sistema de economia plani-

ficada muito centralizada, de figurino soviético, e, ao mesmo tempo, permitir mais algumas actividades privadas e com recurso à contratação de assalariados, o que não era vulgar em Cuba, vai dar azo a que apareçam situações para as quais os sindicatos não têm experiência, ou têm pouca, uma vez que a sua actividade negocial se fazia predominantemente com o Estado.

Com grande expectativa, acompanharemos a adaptação do mundo do trabalho em Cuba às novas regras, mas também com grande confiança na capacidade dos camaradas dos sindicatos cubanos encontrarem as respostas adequadas, considerando a sua longuíssima prática de debate democrático dos problemas. ■

**Carlos Calado**

da Comissão Executiva da CPQTC

## Reuniões com Sindicatos Filiados

No âmbito de resoluções da Direcção Nacional da Confederação e concretizando direcções programáticas aprovadas no nosso último Congresso dirigiram-se convites para reuniões bilaterais a dois sindicatos filiados: Sindicato dos Trabalhadores do Sector Ferroviário e Sindicato dos Trab. dos Transportes Rodoviários e Urbanos de Portugal (STRUP).

### Encontro com o Sindicato do Sector Ferroviário

Realizou-se no dia 14 de Julho, na sede do sindicato, com a presença do coordenador (José Manuel Oliveira). Por parte da Confederação estiveram o Presidente da Direcção Nacional (Joaquim Correia) e Manuela Sequeira, igualmente da Direcção Nacional. Entre os principais assuntos abordados foi

sublinhada a necessidade de contactos regulares entre as duas organizações, com vista à análise dos problemas que afectam os quadros no sector ferroviário, além da promoção de iniciativas comuns, ou trabalhos em parceria. Para o efeito, a CPQTC foi convidada a estar presente no próximo encontro de ferroviários, a realizar no Entroncamento. Trocaram-se também informações sobre a realização do próximo Congresso da Confederação e possibilidade de participação do Sindicato na lista a apresentar para a eleição da futura Direcção Nacional da Confederação

### Encontro com o STRUP

Decorreu no dia 21 de Julho, nas instalações do sindicato. O STRUP esteve representado pelo camarada José Luís, responsável pela

frente de trabalho com os quadros. Pela CPQTC estiveram presentes Joaquim Correia e Carlos Calado, da Comissão Executiva.

Foram analisadas várias questões a saber: o acordo assinado no Metro, com cláusulas positivas para os quadros; perspectivas de sindicalização entre os quadros, que são boas; problemas no sector; ofensivas das administrações contra o Metro e a Carris, quanto à questão da dívida e à má gestão das empresas com reflexos na redução de pessoal.

Foi dado relevo à importância da tomada de posições públicas da Federação dos Transportes sobre a situação financeira das empresas de transportes públicos, empresas que estão sujeitas a custos sociais. ■

# Os Laboratórios do Estado: importâ

Os Laboratórios do Estado (LE), conjuntamente com as Universidades e os Laboratórios associados, são um dos três pilares que constituem hoje o sector público de investigação. No entanto a sua natureza é (ou deve ser) diferente do das Universidades ou laboratórios associados. Os Laboratórios do Estado têm como papel a implementação das políticas nacionais de investigação e desenvolvimento (formação e prestação de serviços) correspondentes aos sectores em que se integram.

Nos termos das leis orgânicas que os regem, os LE executam as políticas do Estado nas áreas da saúde (INSA - Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge), construção e obras públicas (LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil), energia e geologia (LNEG - Laboratório Nacional de Energia e Geologia), agricultura e pescas (INRB - Instituto Nacional de Recursos Biológicos / INIA, IPIMAR, LNIV), cooperação e desenvolvimento (IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical), nuclear (ITN - Instituto Tecnológico e Nuclear), oceanografia (IH - Instituto Hidrográfico), medicina legal (INML - Instituto de Medicina Legal), meteorologia (IM - Instituto Meteorológico) e cartografia (IGP).

Na execução dessas missões, executam trabalho de investigação, desenvolvimento e demonstração (I&D) bem como um conjunto de outras actividades geralmente englobadas sob a designação de Outras Actividades Científicas e Técnicas (OACT), as quais têm um impacto económico e social significativo. Nelas se incluem actividades reguladoras, de standardização e de metrologia; manutenção de acervos museológicos e colecções, participação em organismos internacionais em representação do Estado; prospecção de recursos naturais; informação meteorológica; execução de planos de vigilância e epidemiológicos; formação; entre muitas outras.

No seu conjunto envolvem cerca de 4.500 trabalhadores, entre os quais se encontram 800 investigadores, a larga maioria integrados em carreiras da Administração Pública. Os LE têm à sua responsabilidade instalações e equipamentos cuja dimensão e complexidade de operação está dificilmente ao alcance de equipas Universitárias. Com a única excepção do INML, todos se situam na área da Grande Lisboa. No seu conjunto apresentam um potencial que deve ser melhor explorado como instrumentos de produção de



conhecimento e tecnologias com impacto no desenvolvimento económico e social do país, necessidade agudizada pela presente crise.

Como se sabe em 2006 o Governo encetou uma reforma dos LE, antecedida de estudos por um grupo de trabalho internacional. No âmbito dessa reforma foram reestruturados alguns LE na expectativa de se facilitarem sinergias, se agilizarem gestões, se reduzirem custos e se concentrarem chefias. Assim foi extinto o INETI, tendo o novo LNEG absorvido parte das suas competências e tendo as restantes ficado dispersas por outras unidades. Surgiu também o INRB, que inclui o INIA, IPIMAR e LNIV. Constatase no entanto que, os objectivos que levaram à reestruturação não foram alcançados. Pelo contrário, retirando autonomia de gestão a cada um dos LE que o integram, agravaram-se as condições de trabalho existentes com uma significativa diminuição da sua dinâmica e dificultou-se a sintonia entre as componentes técnico-científica e administrativa da gestão, indispensável à actuação daqueles laboratórios. Outras medidas propostas pelo grupo internacional que poderiam ter um impacto positivo, ou ficaram pelo caminho - caso dos consórcios - ou nem sequer foram consideradas.

Infelizmente, ao longo destes anos e apesar de situações diferenciadas de laboratório para laboratório, tem-se vindo a assistir a um progressivo definhamento dos Laboratórios do Estado. Isso mesmo é traduzido nos números do investimento em I&D por sector de execução. Consultando números oficiais observa-se que entre 1982 e 2009, a despesa de I&D em percentagem do PIB no sector Estado tem-se mantido estagnada em 0,1% (tendo chegado a ser 0,2%) enquanto no sector Universidades passou de 0,1% para 0,6% e no sector Empresas

(que deveria ser um dos sectores alvo dos LE) passou de 0,1% para 0,8%.

Mas este definhamento não se traduz só nos valores do investimento. No que respeita ao pessoal e no mesmo período, o número de investigadores em "Equivalente a Tempo Integral" (ETI) no sector Estado aumentou um factor 2 (tendo havido períodos de decréscimo), enquanto nas Universidades esse aumento foi cerca 17 vezes e no sector empresas de 16 vezes. Se olharmos para o total de pessoal esses números são ainda mais significativos: no sector Estado não houve praticamente variação, enquanto nas Universidades aumentou-se 12,5 vezes e nas Empresas 6,1 vezes.

Esta situação tem conduzido à degradação da capacidade instalada, seja pela perda de equipamentos, seja pela redução de pessoal e a uma efectiva redução da operacionalidade e capacidade de prestação de serviços.

Quanto a recursos humanos, a situação geral é de enorme escassez com a consequente redução das equipas e o quase desaparecimento das categorias de topo em alguns LE, factos resultantes das medidas de restrição de admissão de pessoal que têm vindo a ser tomadas, e que, em termos práticos, implicam a impossibilidade de progressão nas carreiras (sejam as de regime geral, seja a de investigação). Esta situação conduziu já a que se tivessem perdido quadros altamente qualificados em áreas de conhecimento únicas no País, e que se perspective, a curto prazo, a impossibilidade de dar continuidade a trabalhos em curso, perdendo-se conhecimento acumulado, por não haver a quem o transmitir. Os programas Ciência só parcialmente, e em alguns laboratórios, vieram amenizar este quadro. No entanto, a redução de recursos humanos ocorrida não afectou todas as categorias por

# Financiamento e situação actual

igual, sendo maior nas carreiras de apoio à investigação, fazendo com que a razão entre pessoal a desempenhar funções de I&D e pessoal de apoio (técnico e administrativo) aumentasse significativamente. O bloqueio da progressão e ingresso nas carreiras é acompanhado pelo aparecimento de múltiplas formas de trabalho precário tal como a subcontratação de serviços a empresas privadas muitas das quais com trabalhadores em regime de contrato temporário, o recurso a tarefeiros, o abuso da figura do bolseiro em relação ao qual se mantém a confusão entre a fonte de financiamento (a bolsa) e o regime de trabalho (que deveria ser o de um contrato de tempo limitado) e que vão desde as BIC às BPD num percurso que, no limite, pode chegar a 15 anos, até aos recentes contratos Ciência, para investigadores a meio da carreira que são contratos de trabalho a tempo certo, até um máximo de 5 anos, com renovação anual nos dois primeiros anos e que aparecem completamente à margem da carreira de investigação.

## Desafios do presente

A intervenção dos investigadores e técnicos dos LE na defesa do interesse público tem de se processar a múltiplos níveis: Por um lado na defesa dos LE enquanto instrumentos do Estado para desenvolver

as políticas públicas necessárias e pela apresentação de soluções para os problemas existentes. Isto exige o combate às políticas que conduziram à falta de definição de missões (que se traduzam em contratos-programa e recursos adequados) e tem levado a que os LE se pareçam cada vez mais com as Universidades e Laboratórios Associados, com prejuízo para as missões públicas e serviços à comunidade. A este nível é importante a intervenção no âmbito dos Conselhos Científicos, junto das direcções e das tutelas, a coordenação entre laboratórios conseguida através do Fórum dos Conselhos Científicos dos LE a qual tem permitido concertar posições e intervir junto dos órgãos de soberania –



nomeadamente a Assembleia da República – e ainda a intervenção junto dos grupos parlamentares.

Na promoção de actividades de I&D e de prestação de serviços que correspondam à natureza dos LE e às necessidades do país. Trata-se de encontrar o equilíbrio adequado entre as actividades de investigação de natureza mais fundamental, e a aplicação prática da ciência e tecnologia que se fazem. Em linguagem mais corrente, trata-se de descer das “torres de marfim” para o terreno.

Na defesa das capacidades instaladas nos LE, do seu financiamento adequado e das políticas de recursos humanos adequadas às missões. Neste campo a intervenção dos Conselhos Científicos e outros órgãos colectivos das instituições – como as comissões paritárias e de trabalhadores, onde existem – pode ter um papel importante de alerta e consciencialização dos caminhos necessários.

Por fim, na defesa de condições de trabalho dignas, dos direitos de carreira (e a uma carreira), contra a precarização dos vínculos de trabalho. Tem aqui relevo a intervenção sindical, mas também a da ABIC, sendo potencialmente de interesse o de outras associações como a ANICT. ■

**Nuno R. Pinhão**

*Presidente do Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios do Estado*

## Jovens trabalhadores em luta

O passado dia 16 de Setembro fica marcado como um dia de protesto nacional de jovens trabalhadores em muitos distritos, onde demonstraram que não se conformam com a situação para onde foram lançados pelas políticas governamentais seguidas nos últimos anos: desemprego, subemprego, precariedade de emprego, salários insuficientes para suportar o custo de vida, facilidades dadas ao patronato para tratar os trabalhadores como material descartável.

Parte significativa destes jovens em situação insuportável possuem qualificação académica acima da média, isto é, recursos humanos que o país incompreensivelmente não aproveita.

A CPQTC não pode deixar de estar incondicionalmente solidária com estes jovens quadros que não se conformam e lutam pelos seus direitos. ■



Presença da CPQTC na manifestação da Interjovem em Abril de 2010, em Lisboa

# Desindustrialização e desemprego de trabalhadores altamente qualificados

A indústria transformadora é o sector da actividade económica que melhor reflecte o nível de desenvolvimento das sociedades e da segurança e robustez das respectivas economias. Actividade crucial no processo de transformação de uma cada vez maior diversidade de recursos naturais, com vista à obtenção, através do trabalho humano de cada vez mais e mais diversificados bens materiais, que deveriam responder em última instância às historicamente crescentes, em qualidade e quantidade, necessidades humanas, por esta razão a indústria transformadora constitui a base das economias modernas.

Não é por acaso que os países mais desenvolvidos e ricos são países industrializados, e também não é por acaso que são precisamente aqueles países que apresentam uma mais sólida base industrial, que melhor têm resistido à crise financeira e económica que está a erodir, muitos e muitos países. Observe-se um exemplo, que embora aparentemente descentrado do tema em apreço, justifica esta tese. É muito interessante verificar que, enquanto que em Portugal, por cada emprego na construção civil e obras públicas existem somente 1,8 empregos na indústria transformadora, na Bélgica tal relação é de 1 para 3,6 e na República Federal Alemã é de 1 para 5 empregos.

Esta crescente importância da indústria não diminui, obviamente, o carácter estratégico da agricultura e das pescas, bem como o natural crescimento, em peso, do terciário, fruto do aumento da riqueza disponível nas sociedades mais desenvolvidas. Nestas sociedades, em termos de produto e de emprego, a indústria transformadora tem vindo a perder peso, não tanto em função das quantidades e dos valores de uso e de troca dos bens produzidos, mas, sobretudo, porque o terciário tem tido índices de crescimento muito superiores às dos outros grandes sectores da economia. Em Portugal, este fenómeno de perda de peso, em termos económicos e sociais, foi muito mais acentuado, tendo passado de cerca de 30 % do PIB no ano de adesão à CEE para cerca de 16 % do PIB em 2010. Embora, àquela data, o nosso país possuísse uma indústria com um perfil empobrecido e atrasado, a indústria transformadora portuguesa representava o segundo

maior peso da indústria transformadora da CEE, a seguir à RFA.

Em vários períodos após a adesão o índice de desindustrialização foi várias vezes superior à média europeia. Isto porque, em Portugal teve lugar, e continua a ter, um verdadeiro processo de desindustrialização, processo que fragiliza a economia, vulnerabilizando as nossas balanças externas e transformando o défice da balança corrente na nossa principal e crónica vulnerabilidade estratégica. Processo que, em síntese, decorre das

acrescer o número de diplomados que emigram todos os meses, que se estima em, pelo menos, cem por mês, valor com tendência para crescer, bem como, aquele número enorme de diplomados que exercem profissões muito diferentes daquela dada pelos seus diplomas e tecnicamente desvalorizadas.

O nível de qualificação do emprego na indústria transformadora é crescentemente exigente, e, acompanha par e passo, o processo de incorporação de novas aquisições da Ciência e da Técnica



políticas governamentais, designadamente no que concerne às privatizações, ao IDE e às orientações estratégicas do investimento do grande capital.

Por outro lado, o definhamento da nossa indústria transformadora destruiu o emprego a centenas de milhares de trabalhadores, dos quais alguns milhares são altamente qualificados, designadamente licenciados e mestres (antes e pós Bolonha) nas áreas da engenharia, da economia e da gestão e áreas conexas, que faziam parte do exército de, pelo menos, 64 mil diplomados do ensino superior desempregados em finais de 2010. Este valor representa uma subida de cerca de 16% face ao ano anterior, e 10,6% do total de desempregados do país (desemprego em sentido restrito). Mais, o acréscimo de 2010 interrompeu uma tímida recuperação verificada em 2008 e 2009, anos em que o desemprego entre os diplomados recuou.

Mas ao valor que apresentámos há que

nos processos de produção material, da transformação de recursos naturais numa gama cada vez mais vasta e diversificada de bens materiais.

Os processos de incorporação crescentes de mais e novos equipamentos e utensílios e de programação, automatização e automação dos processos produtivos, substituindo uma parcela cada vez maior de trabalho vivo por trabalho morto, exige trabalhadores a todos os níveis, cada vez mais qualificados.

Esta crescente qualificação, tem lugar em pelo menos três planos complementares, a saber, nos trabalhadores que operam os equipamentos, nos trabalhadores que os mantêm nas unidades produtivas em que estes operam e nos trabalhadores que projectam e constroem, a montante, tais bens de equipamento.

Domínios do saber como as tecnologias dos materiais, as TIC, a automação e a robótica, a electrónica, a mecânica de precisão, entre muitos outros, estão cada

## CGTP-IN - Encontro sobre a contratação colectiva

No encontro que se realizou em Lisboa, no dia 15 de Setembro, sob a palavra de ordem "DINAMIZAR A ACÇÃO REIVINDICATIVA E A NEGOCIAÇÃO COLECTIVA" foi aprovada uma resolução em que, considerando que a resposta que temos de dar à actual situação política exige acção planificada, por via da Acção Sindical Integrada, apontaram-se as seguintes direcções de trabalho:

- Esclarecimento, debate e mobilização dos trabalhadores, afirmando a contratação colectiva como um direito fundamental e inalienável da classe trabalhadora, articulando o exercício efectivo da negociação colectiva com a acção reivindicativa nos locais de trabalho;

- No plano geral, coordenar a negociação e acção reivindicativa com o combate às políticas neoliberais recessivas que conduzem ao agravamento da situação económica e financeira, lutando por políticas sociais justas que valorizem o trabalho e os trabalhadores, que assegurem o desenvolvimento, o progresso e a soberania do País. Neste sentido, o Encontro sobre a Contratação Colectiva decide lançar uma forte campanha de dinamização da acção reivindicativa com:

- A definição dos locais de trabalho prioritários, nomeadamente os que tenham 250 trabalhadores ou menos (de acordo



com as prioridades de cada sector), articulando as propostas reivindicativas com a dinamização de cada um dos processos de contratação colectiva, elaborando os respectivos planos de trabalho, responsabilizando toda a estrutura – Federações, Uniões e Sindicatos – a identificar, em cada nível, objectivos e metas concretas a atingir, no plano das reivindicações e no plano da organização no local de trabalho;

- A articulação da acção reivindicativa com o trabalho de organização, assegurando o máximo aproveitamento dos recursos disponíveis, com especial atenção à participação, envolvimento e responsabilização de tarefas a todos os dirigentes e delegados sindicais, nomeadamente os que estão nas empresas. A concretização deste objectivo implica uma forte dinâmica sindical, assente no conhecimento da realidade do local de trabalho, da planificação

da intervenção da actividade desenvolvida e a avaliação dos resultados obtidos assim como das perspectivas de acção futura.

- A identificação de outras empresas consideradas estratégicas para o desenvolvimento da acção sindical, assumindo a elaboração da Ficha de Intervenção Sindical em cada local de trabalho como elemento fundamental para conhecer a situação existente, estabelecer os objectivos e planificar a acção sindical.

- O reforço da organização sindical de base, o que pressupõe o aumento da sindicalização, a eleição e renovação de delegados sindicais e comissões sindicais, bem como a eleição de mais representantes para a saúde e segurança no trabalho. O reforço da organização implica ainda que se dê especial atenção à participação dos jovens e das mulheres. Com grande confiança e determinação vamos, a partir dos locais de trabalho, intensificar a luta reivindicativa pela defesa e melhoria dos direitos, por uma sociedade mais justa, solidária e de progresso social. ■

**Nota da Redacção:** para uma informação mais desenvolvida recomenda-se o acesso ao portal da CGTP-IN ([cgtp.pt/index.php?option=com\\_frontpage&Itemid=1](http://cgtp.pt/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1))

(Continuação da página anterior)

vez mais presentes nos actuais processos de produção material, exigindo portanto trabalhadores crescentemente valorizados a todos os níveis da hierarquia: operadores, coordenadores, responsáveis de direcção e gestão, conduzindo a uma melhoria objectiva de qualificações que dinamicamente vai descendo na hierarquia das organizações.

Trata-se pois, numa outra perspectiva, de uma persistente alteração do perfil da classe operária, que por outro lado, e cada vez mais, relativamente ao processo produtivo, deve incorporar de forma objectiva amplos níveis de trabalhadores, directa ou indirectamente envolvidos no processo produtivo. Esta concepção deverá abranger no seu conteúdo, praticamente, todos os níveis abaixo da direcção.

A qualificação da força-de-trabalho para a indústria transformadora deverá ser cada vez mais obtida a partir da obtenção de diplomas do ensino secundário profissional e do ensino superior, em domínios e vertentes muito diversificados, tendo naturalmente por centro de gravidade o ramo da engenharia. Contudo, a formação continua, profissional, de actualização de

conhecimentos e saberes previamente adquiridos, ou como formação de substituição de conhecimentos escassos ou mesmo inexistentes, deverá ter também um papel insubstituível.

O nível de qualificação do emprego na indústria transformadora é cada vez, em termos médios, manifestamente superior ao das outras actividades económicas, pois que, em quase todas elas, existem picos e nichos de excelência. Este crescimento quantitativo e qualitativo das qualificações, obviamente natural, porque completamente aderente ao processo histórico de desenvolvimento das forças produtivas, choca-se, contudo, no que pelo menos à indústria transformadora concerne, com o processo de desindustrialização que há quase duas décadas assola o nosso país. É uma orientação estratégica de faz de conta, como aquela que consta do Programa do actual Governo PSD-CDS, em que o "...Governo se compromete a implementar uma estratégia destinada a inverter a desindustrialização do país..." (p. 35), choca-se também ela, e de forma profunda, com toda a panóplia de medidas profundamente recessivas que constam do

mesmo programa, estas sim verdadeiras, e decorrentes da aplicação do Memorando de Entendimento com o FMI, CE e BCE.

A questão do desemprego de jovens com diplomas de nível superior – licenciaturas e mestrados e mesmo níveis superiores a estes – para além de constituir um problema social grave é também um enorme problema económico. Problema social, pelas consequências financeiras e emocionais que arrasta para os próprios e respectivas famílias, designadamente no que respeita à gestão de expectativas e à auto-estima. Problema económico, na dupla perspectiva do enorme investimento realizado na formação pelo país, e entretanto ocioso, porque não utilizado no sistema económico, ou entretanto deslocado para o estrangeiro, no quadro dos processos de emigração a que já atrás fizemos referência.

Estas consequências reflectem-se na indústria, designadamente, onde as qualificações de nível superior de que esta necessita fazem falta como o pão para a boca. ■

Fernando Sequeira, Gestor

# A precariedade nas profissões

A precariedade laboral, em sentido lato, é um fenómeno pelo menos tão antigo como o próprio capitalismo. O emprego mais frequente da expressão no léxico corrente reflecte, creio eu, a alteração de correlação de forças entre o Capital e o Trabalho, e os retrocessos que se vêm verificando nas últimas décadas, com progressivo agravamento das condições laborais dos trabalhadores. Por isso, creio que ao iniciar o tema não se perde com caracterizar exactamente o que queremos implicar com “precariedade”:

- contratos a termo certo, de curta duração, incluindo formas de trabalho à hora ou dia;
- o recurso a falsos recibos verdes, ou seja, o uso de recibos verdes para exercício de trabalho ao qual deveria corresponder um posto de trabalho;
- empresas fornecedoras de mão-de-obra para contratos de prestação de serviços ou aluguer de mão-de-obra;
- outras formas de emprego dependente associadas a trabalho sazonal, sem contrato escrito e em situações de trabalho parcial, pontual ou ocasional
- associado à forma de relação de trabalho, uma redução de remuneração e/ou redução ou eliminação de benefícios sociais.

O trabalhador precário,

- está constantemente preocupado com o seu futuro laboral, tendo que investir tempo e dinheiro com a proveniência da futura remuneração;
  - está sujeito a períodos de desemprego de imprevisível duração;
  - tem de se sujeitar a alterar o seu local de trabalho, seu sector ou função laboral, perdendo assim perspectivas de ascensão numa carreira ou poder melhorar a sua condição de trabalhador em virtude da sua experiência acumulada; podendo mesmo, paradoxalmente, ser prejudicado por “sobrequalificação”;
  - está numa situação de fragilidade na relação com o empregador.
- Estes factores descrevem apenas a sua situação laboral. Para apreender a nocividade da precariedade para o trabalhador há que compreender os efeitos psicológicos e sociais: a constante insegurança financeira, a falta de perspectiva de futuro no desenvolvimento de um profissão, de ligação a uma comunidade, de desenvolvimento

de uma vida pessoal incluindo o direito a uma casa condigna, a possibilidade de estabelecimento de uma família, etc.

Segundo os dados do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social o número de pessoas que trabalha com vínculos precários em Portugal atingiu os 846 mil, 38% dos quais são jovens até os 35 anos. Um em cada 2 jovens com menos de 25 anos está nesta situação. Esta situação tem vindo a agravar-se acentuadamente em Portugal nos últimos anos. Portugal passou de uma percentagem de trabalhadores com contratos temporários de 12% (em 1992) para 22% (em 2009). No mesmo período a média da União Europeia (UE) subiu de 11,2% para 13,5%. A este ritmo, haverá uma geração de trabalhadores que tomará o trabalho precário como a forma “normal” de relação laboral.

É sob este fundo de crescente precarização do trabalho que destaco os efeitos sob as profissões intelectuais. É de registar primeiro que várias profissões intelectuais que antes constituíam trabalho por conta própria, isto as chamadas “profissões liberais”, têm sofrido um processo de transição para trabalho por conta de outrem. i.e., uma crescente taxa de assalariamento. Vários postos de trabalho intelectual têm inclusivamente passado a integrar o proletariado, isto é, trabalhadores cuja força de trabalho é uma componente do processo de produção, sendo assim explorados pelo capital produtivo e contribuintes para a mais-valia. Este último aspecto não é generalizado, isto é, não é válido dizer-se que os intelectuais como um todo se estão a proletarizar. Assim, os investigadores num Laboratório de Estado ou os professores tendo-se tornado sofrido o processo de assalariamento não são naturalmente proletários. Porém, investigadores e técnicos que trabalham nos departamentos de Investigação e Desenvolvimento (I&D) de empresas, como sejam as empresas farmacêuticas ou de design, constituem uma parte do processo produtivo e como tal são proletários.

Estes processos de assalariamento e proletarização das profissões intelectuais implica uma reconfiguração destas profissões no quadro das classes sociais marxistas que importa assinalar a estes trabalhadores, muitos dos quais ainda identificados ideologicamente com uma classe liberal, não explorada, independente e desvinculada da luta de classes.

Como chegámos a esta situação? Num país com uma economia assente em empresas

com mão-de-obra barata e empresários pouco qualificadas, com um Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) atrasado mas evidentemente necessário para um forte investimento na qualificação em sectores estratégicos e na formação em geral, associada à geração de emprego de qualidade, e uma potencial alavanca de desenvolvimento económico sob um paradigma distinto. Contudo o que se veio a constatar nas últimas décadas em Portugal foi uma oferta descontrolada e desequilibrada por parte do Ensino Superior, em particular, do Privado. A mercantilização deste nível de ensino combinado com a falta de oferta de emprego qualificado, por um lado devido à destruição do aparelho produtivo, do congelamento na contratação nos sectores públicos (e.g., Universidades, Laboratórios de Estado), e por outro devido a um investimento em actividades especulativas, nos serviços, na construção (durante fases de bonança) — isto é a continuação de uma larga proporção de postos de trabalhos não qualificados — conduziu inevitavelmente a taxas de desemprego, subemprego e emprego precário por parte de trabalhadores com qualificações superiores.

Assim tornou-se primeiramente evidente o desemprego, subemprego e trabalho precário entre os licenciados. A causa do desajuste entre a oferta e procura no “mercado de trabalho” era atribuída aos próprios licenciados, que não tinham espírito empreendedor, que não procuraram formações empregáveis. O desfasamento era atribuído ao indivíduo, ou então à estrutura de formação desfasada das necessidades de emprego, ao nível de “empregabilidade” dos licenciados, mas nunca na destruição da economia produtiva, no estrangulamento das estruturas associadas às funções sociais do Estado (como as escolas, hospitais) nem na estrutura e tradições das empresas relutantes ou incapazes de se modernizarem.

Esta descoordenação é, por exemplo, evidente, na área da agricultura e pescas. Num país com a umas das maiores Zonas Económicas Exclusivas devido ao seu território marítimo, país com largas tradições pesqueiras, país com capacidade de auto-sustentação na sua produção de trigo, milho, tomate, uva, azeitona, têm estas indústrias subdesenvolvidas, importa estes produtos e têm técnicos formados em agricultura e pescas do desemprego ou subemprego.

O Ministro da Ciência, Mariano Gago,

# Intelectuais<sup>1</sup>

garante à população que um licenciado tem maior probabilidade de encontrar trabalho, mas sem esclarecer que muitos dos empregos que conseguem obter são trabalho não-qualificado. A questão de “empregabilidade” pressupõe critérios de mercado, em que os licenciados saídos das “fábricas de produção de ensino” se adequam às necessidades do mercado nesse ano ou período – necessidades oscilantes e certamente imprevisíveis quando jovens optam no liceu ou na entrada para a universidade por uma via de formação. Pressupões critérios de mercado em vez de critérios de necessidade social, que no caso particular de Portugal, são bastante mais estáveis, visto existirem ainda défices na maior parte das áreas de trabalho qualificado e formação avançada.

A necessidade de um ciclo mais curto de resposta entre a formação e a empregabilidade, o Capital criou mecanismos de formação mais “flexível” como o Sistema de Bolonha, ou a “formação contínua”. Não é aqui o momento de criticar o carácter elitista e privatizador de Bolonha, nem como a “formação contínua” tem sido utilizada para a exploração de trabalhadores e encher os bolsos de alguns. Mas sobre a formação direi ainda algumas palavras.

Tendo uma população com melhores qualificações, o uso eficaz dessas qualificações para o melhoramento geral das condições de vida da população é uma evidência, sobretudo num país com tantas carências como Portugal. O subaproveitamento da formação é um fenómeno crónico em Portugal, quer ao nível I das licenciaturas, quer ao nível dos cursos de formação profissional, quer ao nível da formação avançada (mestrados, doutoramentos).

Também neste último nível de formação houve algum investimento na formação avançada, embora estejamos ainda atrasados em números de doutorados *per capita* face a outros países da UE. Mas existe um grande desfasamento entre a necessária formação de mais mestres e doutores, e a capacidade ou disponibilidade de estes serem empregues. Digo “capacidade” ou “disponibilidade” porque à semelhança da situação anterior, o crescimento de quadros com formação avançada foi paralelo com o estrangulamento dos sectores do estado onde estes fariam mais falta; e por outro lado o sector empresarial ou não tem condições para estabelecer departamentos de Investigação ou Desenvolvimento (I&D),

como seria de esperar em PME onde tal constitui um risco grande, ou, como é o caso das grandes empresas globalizadas, têm os seus centros de I&D noutros países. Mais uma vez a causa da falta de emprego científico é atribuído aos próprios doutorados, como ao licenciados, à sua falta de empreendedorismo, de capacidade de criação do seu próprio emprego. Isto num país onde os indicadores – que os governantes tanto prezam – demonstram que Portugal tem uma carência de médicos, enfermeiros, psicólogos, professores, Já não estamos no período histórico em que a ausência de quadros formados é factor predominante de atraso, mas num período – se possível, ainda mais trágico, pelo seu desperdício devido à adopção de um modelo económico neoliberal que deixa o desenvolvimento nacional nas mãos das forças de mercado, em benefício do lucro fácil e não na satisfação das necessidades sociais e no aproveitamento dos seus recursos, naturais e humanos.

É digno de registo que o discurso sobre as profissões intelectuais integrou várias ideias neo-liberais, por vezes com contornos distintos que as tornam menos transparentes enquanto formas de redução de direitos do que noutras profissões. Embora o conceito de “formação contínua” ou “ao longo da vida” seja promovido em todas os sectores, nas profissões intelectuais, pelas suas características, a formação desde sempre fez parte integrante do desenvolvimento da profissão. Assim, nestas profissões, por exemplo, os governantes e empregadores aproveitam-se de uma certa confusão promovida entre “trabalho” e “formação”.

Na ausência de vínculos efectivos, de carreiras, a associação a um novo local de trabalho inicia-se em várias instâncias por um período probatório, com a duração de seis meses ou mais, onde o “estagiário”, embora possa já ter experiência noutras empresas, trabalha muitas vezes sem remuneração, tendo de na prática ter de pagar para trabalhar, sem qualquer garantia de o seu estágio ser seguido de um contrato (a termo). É uma situação frequente nos ateliers de arquitectos, nas redacções de comunicação social, nos escritórios de advogados, que beneficiam da rotação entre estagiários não remunerados.

A linha fina entre “trabalho” e “formação” é também patente no caso dos bolseiros de investigação científica, que muitas vezes ocupando cargos de necessidade permanente, exercendo actividades a que

corresponde um posto de trabalho, não são reconhecidos como trabalhadores, mas como estando em formação por um tempo indeterminado, independente do seu nível de experiência. Como tal é-lhes negado o estatuto de trabalhador e os direitos e benefícios de um trabalhador por conta de outrem, incluindo o direito a subsídio de desemprego ou contratação colectiva.

Voltando atrás, à crítica da “formação contínua”, a situação dos bolseiros de investigação revela como não há contradição entre formação e trabalho: a formação pode faz-se trabalhando, sendo este o modo mais natural entre os profissionalizados. O exercício de formação/actualização não requer a privação do estatuto de trabalhador nem dos direitos associados.

Dada a característica aberta da comunidade científica, que beneficia de contactos entre comunidades nacionais para troca de ideias e experiências, a mobilidade é apresentada como uma característica fundamental para a progressão nas profissões científico-técnicas. Sem negar a importância desta mobilidade e trocas, a verdade é que em Portugal a mobilidade não surge como uma opção de carreira para os investigadores e técnicos, tendo lugar na fase mais conveniente do ponto de vista profissional e familiar, mas como uma obrigação para os que procuram excelência nas suas áreas ou simplesmente prosseguir os seus percursos profissionais. Mais de que uma ida para um local para adquirir outras experiências, a mobilidade torna-se uma fuga face à de condições e oportunidade existentes em Portugal. É portanto vergonhoso olhar para a “fuga de cérebros” como algo positivo e conveniente para o avanço do SNCT, quando este reflecte mais propriamente sinais da sua falta de atractividade.

Gostaria agora de referir a situação de generalizada precarização dos trabalhadores das artes do espectáculo e do audiovisual que tendo paralelos com as restantes profissões já referidas, tem também aspectos próprios, pois a maioria dos seus profissionais não se encontram associados a locais de trabalho onde poderiam encontrar estabilidade laboral (caso do Teatro Nacional Dona Maria, ou Companhia Nacional de Bailado) – sendo que mesmo estes locais vêm sofrendo reduções de quadro próprio – ou a companhias que regularmente recebem subsídios públicos – sujeitos a reduções

(Continua na página 10)

(Continuação da página 9)

## A precariedade nas profissões Intelectuais<sup>1</sup>

de orçamento como foi ameaçado recentemente. A actividade da maioria destes trabalhadores depende de financiamentos pontuais, embora haja uma necessidade continua de produção cultural. A coberto da intermitência própria das artes do espectáculo, caracterizada pela duração dos projectos profissionais (e intervalos inevitáveis) e pela sujeição dos trabalhadores a várias entidades patronais num curto período de tempo, a esmagadora maioria dos trabalhadores deste sector é sujeita ilegalmente ao regime da prestação de serviços (recibos verdes), sem possibilidade de suportar as contribuições para a Segurança Social que lhes são exigidas e, conseqüentemente, sem protecção social nos momentos em que perdem o rendimento do seu trabalho, como são o desemprego, a invalidez, a maternidade ou a doença. Artistas e técnicos há muito que vêem agravar-se as condições em que trabalham e, sobretudo, as dificuldades que surgem quando não o podem fazer. Cenário esse agravado pela falta de investimento do Estado e pela constante redução das verbas colocadas à disposição da actividade cultural no nosso país, por decisão política de sucessivos governos. Face a propostas legislativas de melhoramento da sua condição, o Governo respondeu com criou a figura do “exercício intermitente da prestação de trabalho” – efectivamente institucionalizando a forma precária de trabalho – introduzindo a possibilidade de redução do salário em determinados períodos do contrato, e continua sem regulamentar o regime de Segurança Social destes trabalhadores. Para finalizar, algumas palavra sobre a unidade laboral. Primeiro, foram aqui destacados os trabalhadores intelectuais por motivos de um tratamento mais

especifico, não porque – como se viu – estes sejam vítimas de um processo qualitativamente diferente, ou devam ser privilegiados por uma protecção distinto. Embora sublinhe de novo a importância do processo de realinhamento destas profissões no quadro das classes sociais marxistas.

Creio que todos os trabalhadores e cidadãos reconhecem que o subaproveitamento dos trabalhadores qualificados constituiu um subaproveitamento de fundos públicos e familiares e um desperdício de recursos humanos. Creio também que as profissões intelectuais sofrem de modo qualitativamente diferente o peso da insegurança e instabilidade. Sem querer menosprezar o efeito que estes factores têm sobre qualquer trabalhador, nas profissões intelectuais afectam profundamente o desempenho da actividade, a capacidade criativa e o nível de independência intelectual: aspectos fundamentais para o efectivo desempenho destas profissões numa sociedade democrática; pois a instabilidade e insegurança têm um efeito psicológico directo sobre o principal instrumento de trabalhos dos intelectuais profissionais: a sua mente. Não pretendo com isto implicar que a segurança laboral é mais importante para no caso das profissões intelectuais – esta deve constituir um direito e sossego para qualquer trabalhador – apenas sublinhar o efeito qualitativamente distinto que a precariedade tem sobre a capacidade produtiva das profissões intelectuais. A condição de precariedade e assalariamento, ou proletarianização, põe em causa também a independência intelectual destes profissionais, ao condicionar a sua criatividade aos critérios do mercado. Tal sucede por exemplo entre os quadros intelectuais proletarianizados, por exemplo de uma companhia farmacêutica, orientada não

para desenvolver soluções para os mais graves problemas de saúde que afectam a humanidade, mas para a produção de produtos que dêem lucro. O mesmo se poderá dizer entre os docentes e investigadores de uma universidade envolvida numa parceria público-privada. Privar as profissões intelectuais das condições para desenvolverem livremente o seu trabalho, crescentemente posicionando-as em postos de trabalho sujeitos às regras do mercado e à indústria militar, é um processo adicional que nos coloca perante a pergunta “Socialismo ou barbárie?”.

Segundo, foi dado destaque aos trabalhadores precários. Mas é fundamental não criar uma divisão entre trabalhadores precários e os trabalhadores com vínculo, com contratos colectivos, trabalhadores que beneficiam de direitos e benefícios sociais conquistados com luta e sangue. Só os empregadores tiram proveito dessa divisão, da luta segregada dos dois tipos de trabalhadores, de uns contra os outros, procurando nivelar por baixo as condições dos trabalhadores e da forma de contratação. Todos os trabalhadores devem estar unidos no combate ao trabalho precário e pela defesa de um regime laboral digno com direitos e benefícios para todos os trabalhadores. Isto exige um trabalho ideológico entre os trabalhadores precários, um trabalho mais intenso dos Sindicatos junto dos trabalhadores precários, e uma maior unidade entre os trabalhadores. ■

ANDRÉ LEVY, *Biólogo,*  
ex-Presidente da Direcção da ABIC

<sup>1</sup>**Nota da Redacção:** o presente artigo corresponde a uma comunicação apresentada pelo autor no III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie/Os desafios do Mundo Contemporâneo (Serpa, 30 de Outubro - 1 de Novembro de 2010).

(Continuação da página 11)

## PRC-2012 da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública

condições de acesso ao financiamento, frequência e acesso gratuito à formação e do alargamento do crédito anual de horas para participação nas ações de formação;

10. Dedução em sede de IRS de todas as despesas resultantes do exercício da actividade profissional, sejam as que resultam de frequência de ações de formação, sejam as que decorrem da aquisição de equipamento e material indispensável a essa actividade.

A Cimeira decidiu também:

1 - Fazer um veemente apelo a todos os Sindicatos para que seja desenvolvido um amplo trabalho de esclarecimento e mobilização, para que a Jornada de Luta do próximo dia 1 de Outubro, convocada pela CGTP-IN - Manifestações em Lisboa e no Porto - atinja proporções idênticas às do brutal ataque do governo e das troikas nacional e estrangeira contra as condições de vida e de trabalho e os direitos dos trabalhadores;

2 - Realçar a necessidade da continuação do aprofundamento da luta contra a política do Governo e em defesa da PRC 2012, depois de 1 de Outubro, e apontar desde já para a realização de uma reunião do Secretariado no próximo **dia 28 de Setembro**, pelas 10.30 horas, na sede da FNSFP, para fazer uma planificação das acções de luta a desenvolver. ■

**Nota da Redacção:** a versão original integral pode ser lida no portal da Confederação ([www.conf-quadros.pt](http://www.conf-quadros.pt))

# PRC-2012 da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública

*A PRC que a seguir se transcreve foi provada na reunião da Cimeira da Frente Comum no dia 9 de Setembro.*

Genericamente, a FCSAP exige a revogação e substituição da legislação da Administração Pública, resultante da implementação do PRACE, no respeito pelos direitos adquiridos pelos trabalhadores e aposentados e pelas propostas que a Frente Comum tem apresentado, como via fundamental para combater estas políticas, que mais não têm feito do que agravar a situação na Administração Pública e no país.

## I - Salários e Pensões

1. Não aceitação de cortes nos salários e nas pensões e devolução dos valores roubados nos cortes em 2011;
2. Atualização dos salários e pensões numa percentagem não inferior à do valor da inflação, com um valor mínimo de € 50;
3. Atualização do subsídio de refeição para € 6,50;
4. Fixação da pensão de sobrevivência em 65% da pensão do cônjuge falecido, tal como se verifica no regime geral;
5. Atualização das restantes prestações pecuniárias na percentagem do valor da inflação.

## II – Emprego

1. Aplicação do vínculo público de nomeação, com os efeitos daí decorrentes, a todos trabalhadores da Administração Pública, designadamente, aos que exercem funções nas EPE com contrato individual de trabalho;
2. Resolução imediata das situações de precariedade, com a integração nos quadros de pessoal dos trabalhadores que desempenham funções correspondentes a necessidades permanentes dos serviços ou organismos, independentemente da situação contratual em que se encontrem, nomeadamente na situação de trabalho à hora, e do montante da retribuição auferida;
3. Reintrodução dos quadros de pessoal, em substituição dos mapas de pessoal, e atualização daqueles, tendo em conta as reais necessidades dos serviços;
4. Integração nos quadros de pessoal dos trabalhadores em situação de mobilidade especial;
5. Realização de procedimentos concursais para garantir o desenvolvimento profissional dos trabalhadores nas respetivas carreiras.

## III – Horários

1. Consagração legal para todos os traba-

lhadores da AP dos regimes de horários de trabalho do DL 259/98, de 18/8, salvaguardando os regimes especiais previstos em legislação específica;

2. Reposição do horário de trabalho noturno entre as 20 horas e as 7 horas do dia seguinte para todos os trabalhadores;
3. Respeito pelo conteúdo funcional dos trabalhadores e pelas diversas componentes do seu horário em função desse mesmo conteúdo funcional;
4. Recusa da gestão flexível, semanal, mensal ou anual do horário de trabalho, designadamente através da adaptabilidade e da criação anunciada de um “banco de horas” para satisfazer necessidades transitórias, como forma de obviar ao pagamento obrigatório de serviço extraordinário;

## IV – ADSE

1. Consolidação da ADSE como sistema de saúde autónomo para todos os trabalhadores da Administração Pública, independentemente do vínculo contratual, a par do reforço e melhoria dos serviços prestados aos beneficiários;
2. Incidência dos descontos dos trabalhadores e aposentados/reformados para a ADSE sobre 12 meses e não sobre 14.

## V – Outras matérias

1. Revisão do SIADAP, estabelecendo um sistema de avaliação de desempenho sem “quotas”, que tenha em conta o interesse público e o desenvolvimento profissional dos trabalhadores e não promova a discriminação;

2. Contagem integral do tempo de serviço retirado aos trabalhadores, quer para efeito de progressão na respetiva carreira, quer para efeito de reposicionamento salarial, admitindo-se que a mesma possa ser feita sujeita a um faseamento num período e em condições a negociar com as organizações sindicais;

3. Regulamentação e aplicação de todos os suplementos remuneratórios, designadamente do suplemento de risco, peno-sidade e insalubridade, dando cumprimento a compromissos assumidos pelo Governo e a decisões da Assembleia da República;

4. Incidência dos descontos para a CGA e a ADSE sobre a totalidade das remunerações e suplementos auferidos pelos trabalhadores da Administração Pública em situação de cedência, mobilidade ou qualquer outra legalmente prevista;

5. Reconhecimento do apoio aos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho e doença profissional, situação que tende a agravar-se com o aumento da idade para a aposentação, através da concessão de condições específicas no acesso à aposentação sem penalizações;

6. Publicação obrigatória dos Acordos de Entidade Empregadora Pública negociados e acordados, sem dependência de “homologação” do Ministério das Finanças;

7. Atribuição do crédito legal de horas para exercício da atividade sindical a todos os membros dos órgãos das associações sindicais, sem recurso a “tetos artificiais” e no respeito pelo princípio constitucionalmente consagrado da livre autonomia e independência de organização dos Sindicatos;

8. Criação de condições para o desenvolvimento de serviços públicos de qualidade, que respeitem o princípio constitucional da proximidade das populações, designadamente nas áreas da Educação, da Saúde, da Água e do Ambiente, através da manutenção de uma rede de serviços que satisfaçam os mais elementares direitos dos cidadãos e da criação de um sistema que apoie a fixação de trabalhadores em zonas isoladas/desfavorecidas;

9. Cumprimento efetivo do direito à formação profissional e contínua, incluindo a formação dos trabalhadores em Segurança e Saúde no Trabalho, designadamente através da alteração das

*(Continua da página 10)*



# Mais de 37 mil professores sem colocação

Dos cerca de 50 mil professores que concorreram aos 18.118 horários existentes nos jardins de infância e escolas básicas e secundárias do continente, cerca de 37 mil não conseguiram colocação. Alguns destes docentes ainda poderão obter um horário dos 3.179 que ficaram por preencher ou em substituição.

Para este ano letivo foram colocados menos cerca de 5.000 docentes que no ano letivo anterior o que significa um aumento muito significativo do desemprego docente.

Esta redução do número de docentes é o resultado do encerramento de 297 escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, do aumento do número de alunos por turma, de alterações curriculares, da extinção progressiva dos cursos EFA's e das Novas Oportunidades e da criação de mega agrupamentos, entre outras. É possível que no próximo ano ainda haja uma maior redução do número de professores, dados os cortes anunciados para o orçamento de estado de 2012 – 507 milhões de euros, (incluindo os cortes previstos para o ensino superior).

Estes cortes acontecem num momento em que se encontra em implementação a extensão da escolaridade obrigatória para 12 anos e o aumento da frequência da educação pré-escolar. É previsível que, com estes cortes, haja ainda um maior agravamento das condições de trabalho de todos os docentes em serviço e aumente as dificuldades de funcionamento das escolas.

## Cortes no ensino superior põem em causa a sua qualidade

O corte de 100 milhões de euros anunciado para o orçamento do ensino superior, a acrescentar aos cortes já feitos em anos anteriores, é incomportável para as instituições de ensino superior, não tendo condições para cumprir com um mínimo de qualidade as suas funções de ensino e de investigação científica e tecnológica. A concretizar-se, este corte irá ter por consequência, entre outras:

- O despedimento de docentes, convi-



dados ou com outros vínculos precários, essenciais ao funcionamento de muitos cursos e à ligação muitas realidades profissionais;

- A não contratação de jovens doutorados desbaratando o investimento feito na sua formação;

- A diminuição da qualidade do ensino com o aumento do número de alunos por turma, a degradação de equipamentos e das condições de trabalho dos actuais docentes;

- Encerramento de muitos cursos de pós-graduação;

- A diminuição dos apoios sociais aos estudantes e o aumento dos encargos das suas famílias.

Recuperar do atraso existente na formação de diplomados do ensino superior é um contributo imprescindível para superar a crise com que o país se confronta. Mais quadros técnicos com qualificação de nível superior são necessários para aumentar a produção nacional, para exportação ou para substituir importações. Destes cortes resulta uma maior dependência externa acentuando ainda mais a recessão económica.

## FENPROF não dá o seu acordo à nova Avaliação de Desempenho Docente

Após intensas negociações sobre as alterações a introduzir no Regime de Avaliação

do Desempenho Docente, a Fenprof não deu o seu acordo ao texto final.

A Fenprof justificou o seu desacordo pelo facto de o novo modelo manter as quotas relativas às menções de excelente e muito bom, pelos efeitos que a avaliação tem nos concursos, por manter os cinco níveis de avaliação e por não ficarem devidamente clarificados alguns aspectos relativos à sua operacionalização como a avaliação externa. Apesar de não ter chegado a acordo, a Fenprof reconhece alguns avanços em relação ao modelo em vigor, nomeadamente a desburocratização de procedimentos, o alargamento dos ciclos avaliativos e a inclusão de diversas salvaguardas tornando mais justo o novo modelo de avaliação.

Estas alterações positivas são o resultado da luta que os professores organizados nos seus sindicatos, principalmente da Fenprof, travaram contra o modelo burocrático e injusto concebido pela equipa de Maria de Lurdes Rodrigues.

Os professores irão continuar a sua luta, solidariamente com outros trabalhadores, contra o desemprego e precariedade laboral, pela defesa dos direitos sociais, na defesa dos serviços públicos, da segurança social e no combate a esta política económica recessiva, socialmente injusta e destruidora do país. ■

Manuel Pinto André  
da Comissão Executiva da CPQTC